

ITAPERUNA/RJ: AGENTES DA 143ª DP DESCOUBREM JARDIM SECRETO DE MACONHA

Na tarde de segunda-feira (31) inspetores e investigadores da 143ª DP, coordenados pelo delegado adjunto Gabriel Ramos, cumpriram um mandado de busca e apreensão no distrito itaperunense de Retiro do Muriaé, quando desarticularam um sofisticado esquema de cultivo em estufa de maconha (Cannabis sativa), além da apreensão de drogas e materiais relacionados ao comércio ilegal. Foram encontrados dezenas de bem-cuidadas mudas de maconha, recipientes prontos contendo as folhas para vender, e um tablete da erva prensada, além de 5 mil reais em espécie, anotações do tráfico, fertilizantes e equipamentos utilizados para plantio, colheita, preparo e venda da Cannabis. A estufa usada no cultivo contava com tecnologia avançada, permitindo o controle de temperatura, umidade e iluminação, garantindo condições ideais para o desenvolvimento saudável das plantas. **PÁGINA 3**



E desmontam estufa tecnológica dentro de uma residência em Retiro

ESTADO DO RIO REDUZ EM 18% MORTALIDADE MATERNA



Redução do índice de Razão da Mortalidade Materna (RMM) foi de 75,5 para 61,8 a cada 100 mil nascidos vivos, na comparação entre 2024 e 2023. (Maurício Bazilio / SESRJ)

PÁGINA 2

CEDAE LANÇA, EM ITAPERUNA, DOIS PROJETOS PARA RECUPERAÇÃO AMBIENTAL NO ESTADO

A Cedae deu, na quinta-feira (dia 27 de março último), dois grandes passos para estender as ações do programa socioambiental Replantando Vida a todo o Estado do Rio, além de reforçar sua atuação no Noroeste fluminense. A Companhia assinou convênio com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-Rio) para ações de restauração ambiental e capacitação mútua e lançou a pedra fundamental das obras do novo viveiro de mudas de espécies da Mata Atlântica da Companhia, no presídio Norberto Ferreira de Moraes, em Itaperuna. Segundo o convênio, Cedae e Emater vão atuar identificando áreas de interesse ambiental, públicas ou privadas – sobretudo pequenas propriedades rurais e áreas de importância hídrica -, para recuperação ambiental. **PÁGINA 2**

**PREÇO MÁXIMO
DE MEDICAMENTOS
TERÁ REAJUSTE
NA SEGUNDA;
SAIBA O QUE MUDA**

PÁGINA 3



Convênio com a Emater e lançamento das obras de novo viveiro vão reforçar as ações de recuperação florestal da Companhia

CEDAE LANÇA, EM ITAPERUNA, DOIS PROJETOS PARA RECUPERAÇÃO AMBIENTAL NO ESTADO

■ A Cedae deu, na quinta-feira (dia 27 de março último), dois grandes passos para estender as ações do programa socioambiental Replantando Vida a todo o Estado do Rio, além de reforçar sua atuação no Noroeste fluminense. A Companhia assinou convênio com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-Rio) para ações de restauração ambiental e capacitação mútua e lançou a pedra fundamental das obras do novo viveiro de mudas de espécies da Mata Atlântica da Companhia, no presídio Norberto Ferreira de Moraes, em Itaperuna.

Segundo o convênio, Cedae e Emater vão atuar identificando áreas de interesse ambiental, públicas ou privadas – sobretudo pequenas propriedades rurais e áreas de importância hídrica –, para recuperação ambiental. Seus técnicos também vão compartilhar conhecimentos técnico-científicos e buscar o aprimoramento das práticas de reflorestamento.

A assinatura do convênio aconteceu em conjunto com o lançamento do programa municipal Itaperuna+Sustentável, que vai reunir ações de dragagem, limpeza de rios e reflorestamento. Em apoio ao projeto, a Companhia, por meio do Replantando Vida, vai reflorestar uma área de 172 mil hectares na região do Parque Municipal da Pedra Preta, no município.

O plantio inaugural aconteceu no mesmo dia, com 47 alunos do 5º, 6º e 8º ano do Colégio Municipal Elzio Galvão, junto com equipe da Cedae, plantando 1.100 mudas em meio hectare no Morro do Cristo, abaixo da estátua do Cristo Redentor de Itaperuna, localizado dentro do parque.

À tarde, foi lançada a pedra fundamental das obras do novo viveiro da Cedae, que deve ser inaugurado até agosto e será o segundo maior do programa Replantando Vida, com capacidade de produzir até 300 mil mudas por ano.

O diretor-presidente da Cedae, Aguinaldo Ballon, destacou a importância da recuperação ambiental para o combate às adversidades climáticas e para proteger as áreas de importância hídrica, garantindo o abastecimento da população. Ele lembrou que a Companhia e o município renovaram, no fim de 2024, o contrato de prestação de serviços de saneamento da Cedae para Itaperuna, e assumiu um compromisso:

– Queria firmar um compromisso aqui com o prefeito de que, inaugurado este viveiro agora no meio do ano, a gente possa replantar 100 mil mudas, uma muda para cada habitante aqui do município, e chegará o final do ano com esse inventário feito, prestando contas para a sociedade.

O novo viveiro será o oitavo mantido pela Cedae e produzirá mudas para atender, principalmente, a região Noroeste, uma das que possuem a menor cobertura vegetal no estado, ajudando a proteger bacias hidrográficas de grande importância para o abastecimento do estado, como as dos rios Pomba e Muriaé.

CRÉDITOS: LUÍSALVARENGA



Convênio com a Emater e lançamento das obras de novo viveiro vão reforçar as ações de recuperação florestal da Companhia

ESTADO DO RIO REDUZ EM 18% MORTALIDADE MATERNA

■ O Estado do Rio de Janeiro registrou queda de 18% na Razão da Mortalidade Materna (RMM). A redução do índice foi de 75,5 para 61,8 a cada 100 mil nascidos vivos, na comparação entre 2024 e 2023. Em números absolutos, a queda chegou a 24%. Foram 101 óbitos no ano passado, contra 133 em 2023. Os resultados foram apresentados no XXXV Fórum Perinatal do Estado do Rio de Janeiro, realizado na segunda-feira (31 de março último), no auditório da Secretaria de Estado de Saúde.

– Os dados são resultado da atenção e do investimento do Governo do Estado no cuidado com as mães e seus bebês. Reformamos maternidades, qualificamos equipes e adotamos as melhores práticas nas políticas públicas para atender às gestantes. Sabemos que temos que avançar, mas os dados comprovam o sucesso das medidas adotadas –, afirma o governador Cláudio Castro.

A secretária de Estado de Saúde, Cláudia Mello, também destaca a implementação de uma linha de cuidados materno-infantil e o fortalecimento das áreas técnicas em todos os 92 municípios do estado. Uma das medidas assistenciais adotadas foi a distribuição do cálcio universal para todas as gestantes do estado assistidas pelo SUS, em 2024 – um ano antes da iniciativa ser incorporada pelo Ministério da Saúde.

– Fizemos um esforço conjunto para garantir a qualificação do pré-natal e partos, além da capacitação de profissionais da atenção primária à saúde com cursos voltados para o pré-natal. Também promovemos a atualização das práticas humanizadas de assistência ao parto por meio de fóruns de discussão e a implantação, junto às maternidades, da lista de verificação do parto seguro –, explicou a secretária durante o evento.

Os dados foram comemorados pelo coordenador da Área Técnica de Saúde das Mulheres da SES, Dr. Antonio Braga. Durante sua palestra, ele ressaltou a colaboração do programa estadual “Acolhe”, que oferece orientação para o planejamento familiar, com palestras sobre prevenção da gravidez na adolescência e acesso a contraceptivos gratuitos, principalmente, para mulheres jovens de 14 a 23 anos.

– A gravidez na adolescência, sem planejamento, é um fator de risco para a mortalidade materna. Muitas meninas engravidam sem desejar e, por falta de estrutura financeira e emocional, não fazem o pré-natal corretamente – afirmou Braga, que é obstetra da rede estadual de saúde.

Além das estatísticas de mortalidade no estado, o Fórum Perinatal apresentou ainda as ações e metas para os próximos anos. Participaram do evento e da mesa de debates representantes da SES, do Ministério Público Estadual e da sociedade civil. No encontro, além dos resultados estatísticos, também foram listadas todas as iniciativas para a redução

da mortalidade materna no estado, como a reativação dos Comitês de Mortalidade Materna nos municípios e os investimentos nas maternidades estaduais, entre elas, a reforma e modernização das enfermarias de pós-parto do Hospital Estadual Azevedo Lima, em Niterói. A unidade, referência em partos de alto risco, foi modificada para adequação às normas de humanização, ganhou leitos mais espaçosos com banheiros reformados e sala de amamentação com música ambiente.

DOENÇAS DO APARELHO CIRCULATORIO E HEMORRAGIAS ESTÃO ENTRE AS PRINCIPAIS CAUSAS DE MORTE MATERNA DO ESTADO DO RIO

A mortalidade materna, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), é definida como a morte de uma mulher durante a gestação, parto ou até 42 dias após a mãe dar à luz. É um indicador crítico que reflete a qualidade da assistência e o acesso aos serviços de saúde. É medida pela Razão de Mortalidade Materna (RMM) e por número absolutos.

– O número absoluto é importante porque nos permite identificar quantas gestantes morreram. No entanto, quando comparamos municípios com tamanhos diferentes ou que apresentaram mudança de

padrão de nascimentos ao longo dos anos, a Razão de Mortalidade Materna nos dá um outro panorama, porque leva em consideração o número de nascidos vivos –, explica Luciane Velasque, superintendente de Informações Estratégicas da SES-RJ.

Segundo a estatística, em uma cidade que tem população maior e com mais gestantes, a possibilidade de óbitos maternos é maior. Num município menor, onde ocorrem menos nascimentos, dois óbitos podem representar uma RMM maior.

Em 2000, o Estado do Rio chegou a registrar 197 mortes maternas, tendo reduzido em 51,3% o número absoluto em relação a 2024. As principais causas da mortalidade materna no estado são doenças do aparelho circulatório, hemorragia, doenças infecciosas e parasitárias, infecção puerperal, doenças do aparelho respiratório e hipertensão.

Os dados sobre mortalidade materna estão disponíveis ao público no portal tabnet Razão de Mortalidade Materna e outros indicadores relacionados; também estão registrados no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e no Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc).



Redução do índice de Razão da Mortalidade Materna (RMM) foi de 75,5 para 61,8 a cada 100 mil nascidos vivos, na comparação entre 2024 e 2023. (Maurício Bazilio / SESRJ)

O ITAPERUNENSE

PECLY & GARCIA LTDA-ME CNPJ Nº 02.441.744/0001-77
Rua José de Freitas nº 43 - Centro - Cep.: 28.300.000 - Itaperuna/RJ - TEL: (22) 99948-1737 E-mail: oitaperunense@yahoo.com
EDITOR/DIRETOR: ANDRÉ GARCIA
FILIAÇÃO A ADJORI - ASSOCIAÇÃO DOS DIRETORES DE JORNALS DO INTERIOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.
* A DIREÇÃO DA EMPRESA NÃO SE RESPONSABILIZA PELOS CONCEITOS E OPINIÕES EMITIDOS, ATRAVÉS DE ARTIGOS E CRÔNICAS PUBLICADOS NESTE JORNAL, QUE NÃO SEJAM DA EDITORIA DO ÓRGÃO.

ITAPERUNA: AGENTES DA 143ª DP DESCOBREM JARDIM SECRETO DE MACONHA

Na tarde de segunda-feira (31) inspetores e investigadores da 143ª DP, coordenados pelo delegado adjunto Gabriel Ramos, cumpriram um mandado de busca e apreensão no distrito itaperunense de Retiro do Muriaé, quando desarticularam um sofisticado esquema de cultivo em estufa de maconha (Cannabis sativa), além da apreensão de drogas e materiais relacionados ao comércio ilegal.

Foram encontrados dezenas de bem-cuidadas mudas de maconha, recipientes prontos contendo as folhas para vender, e um tablete da erva prensada, além de 5 mil reais em espécie, anotações do tráfico, fertilizantes e equipamentos utilizados para plantio, colheita, preparo e venda da Cannabis.

A estufa usada no cultivo contava com tecnologia avançada, permitindo o controle de temperatura, umidade e iluminação, garantindo condições ideais para o desenvolvimento saudável das plantas.

O cuidador das mudas, B.S.L. preso em flagrante, foi conduzido à delegacia, e vai responder pelo crime de tráfico de drogas. As investigações indicam que ele e o seu irmão, que não foi localizado, comercializavam para usuários de classe média e alta da região.

Plantar Cannabis sativa sem autorização no Brasil, é considerado crime de acordo com o Artigo 33 da Lei nº 11.343/2006, que trata do tráfico de drogas. Esse artigo prevê pena de reclusão de 5 a 15 anos e multa para quem semeia, cultiva ou colhe plantas destinadas à produção de substâncias entorpecentes sem autorização ou em desacordo com a regulamentação legal.

Se o cultivo for para consumo próprio, pode ser enquadrado no Artigo 28 da mesma lei, que prevê medidas educativas e prestação de serviços à comunidade, mas não pena de prisão. A distinção entre tráfico e consumo próprio depende de fatores como quantidade, local e condições do cultivo, além dos antecedentes do indivíduo.

A 143ª DP segue investigando para identificar o paradeiro do irmão do detido, e aprofundar as apurações sobre o jardim secreto. Os policiais civis pedem para que denúncias sejam feitas WhatsApp da 143ª DP: 22-988318027, com garantia de sigilo.

Com informações: NinoBellieny/O DIA



E desmontam estufa tecnológica dentro de uma residência em Retiro

PREÇO MÁXIMO DE MEDICAMENTOS TERÁ REAJUSTE NA SEGUNDA; SAIBA O QUE MUDA

IMPACTO, NO ENTANTO, PODE DEMORAR PARA CHEGAR AO CONSUMIDOR

Os preços dos medicamentos teve reajuste na segunda-feira (31). A mudança foi oficializada após publicação no Diário Oficial da União (DOU). O valor, estabelecido pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), funcionará como um teto de aumento para todo o setor farmacêutico.

Agora, os fornecedores de medicamentos (fabricantes, distribuidores, lojistas) podem ajustar os preços de seus medicamentos da seguinte forma:

Nível 1: 5,06%

Nível 2: 3,83%

Nível 3: 2,60%

Para o aumento ter validade, as empresas farmacêuticas devem apresentar o Relatório de Comercialização para CMED. Por lei, a apresentação do Relatório de Comercialização é obrigatória para todas as empresas que possuem registro de medicamentos. O documento precisa conter os dados de faturamento e a quantidade vendida. Caso o relatório não seja enviado, esteja incompleto, inconsistente ou fora do prazo, as empresas podem ter punições.

Além disso, as empresas que possuem registro de medicamentos devem divulgar amplamente os preços de seus produtos em mídias especializadas de grande circulação.

Vale lembrar que o setor de comércio varejista deverá manter listas atualizadas dos preços dos medicamentos à disposição dos consumidores e dos órgãos de proteção e defesa do consumidor.

Pelas regras, esses preços não podem ser superiores aos valores publicados pela CMED no Portal da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

A divulgação do Preço Máximo ao Consumidor deve incluir os diferentes preços, que são resultados da incidência das cargas tributárias do ICMS, que variam conforme os estados de destino.

Anualmente, com base em uma série de critérios como a inflação, a CMED define níveis máximos de reajuste no valor dos remédios. Porém, o aumento não é automático e leva em conta uma série de fatores.

O fornecedor é responsável por fixar os valores de cada medicamento colocado à venda, respeitados os limites legais e as estratégias diante da concorrência.

A Anvisa afirma que o reajuste anual dos medicamentos funciona como um mecanismo de proteção aos consumidores de "aumentos abusivos".

"Ao mesmo tempo, o cálculo estabelecido na lei, busca compensar eventuais perdas do setor farmacêutico devido à inflação e aos impactos nos custos de produção, possibilitando a continuidade no fornecimento de medicamentos", diz a agência.

IMPACTO PODE DEMORAR PARA CHEGAR AO

CONSUMIDOR

O presidente executivo do Sindusfarma, Nelson Mussolini, avalia que o impacto do reajuste pode demorar a chegar ao consumidor.

Segundo ele, a competição entre farmácias e os estoques dos produtos são fatores que contribuem para que o reajuste médio esteja projetado para um patamar abaixo do teto a ser oficializado pela CMED.

"Dependendo da reposição de estoques e das estratégias comerciais dos estabelecimentos, aumentos de preço podem demorar meses ou nem acontecer", diz Mussolini.

"É importante o consumidor pesquisar nas farmácias e drogarias as melhores ofertas dos medicamentos prescritos pelos profissionais de saúde", acrescenta.

A Anvisa alerta que o descumprimento do teto de preços pode levar a punições. A agência recebe denúncias por meio de um formulário digital.



Vale lembrar que o setor de comércio varejista deverá manter listas atualizadas dos preços dos medicamentos à disposição dos consumidores e dos órgãos de proteção e defesa do consumidor

INDÚSTRIA EM ALERTA

O Sindusfarma, responsável por calcular a projeção do índice de reajuste da CMED, avalia que o índice poderá impactar negativamente o setor.

O presidente executivo da entidade afirma que o cenário — com previsão do menor aumento médio desde 2018 — pode levar a redução de investimentos na indústria.

"Será o menor reajuste médio dos últimos sete anos, o que pode impactar negativamente os contínuos e fundamentais investimentos da indústria farmacêutica instalada no país em pesquisa e desenvolvimento (P&D) de novos produtos e na modernização e construção de novas fábricas", diz o dirigente.

COM INFORMAÇÕES DO G1

PUBLICAÇÕES A PEDIDO



SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS E SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ITAPERUNA.
AV. CARDOSO MOREIRA, Nº 712-SALA 203,204,205 66. CENTRAL, CENTRO CEP: 28300-000,
cnpj 31.272.685/0001-99 ITAPERUNA-RJ, whatsapp +55 22 99219502 email
sinfunsermi@bol.com.br.

EDITAL

DE PUBLICAÇÃO DA CÉDULA ÚNICA.

Em cumprimento ao art. 37, letra "c" do Estatuto desta Entidade, faço saber que foi registrada a seguinte chapa para concorrer as eleições que serão realizadas conforme Edital publicado no jornal O ITAPERUNENSE dia 22 de março de 2025. O prazo para impugnação de candidatura é de 03 (três) dias a contar da publicação deste Edital. CHAPA ÚNICA. CHAPA NOME - Sindicato " FORTE E UNIDO " - SINFUNSERMI CÉDULA DE VOTAÇÃO - Diretoria Efetiva: Presidente - Ronaldo de Souza Camacho; Vice Presidente - Marco Antonio da Silva Oliveira; Secretário Geral - Joadyr de Oliveira Teixeira ; 1º Secretário de Finanças - Ladislau Frias Leal; 2º Secretário de Finanças - Tania Lucia Monteiro de Barros Ribeiro; Secretário de promoção Social - Gilmar Leite Valeriotte; Secretário de Organização e Patrimônio - Adao Ferreira Gomes. Sendo suplentes da Diretoria - Antonio Marcos de Souza Sobrinho, Josylândia das Graças Caetano, Valdeir Lopes Navega, Venilton Monteiro, Sebastiao Carlos Rocha, Ivan Ramos da Fonseca Filho, Clério Marcos da Costa Rocha, Arnaldo da Fonseca Rangel, Paulo Roberto Brum, Roseny Guilherme, e Jose Carlos da Silva Neves Conselho Fiscal Efetivo: Jailton Pontes de Oliveira, Carlos Jose Pereira e Almir Ferreira Branco Suplente Conselho Fiscal: Monica Aparecida Pinheiro, Roberto Ferreira Rangel, Moises de Souza Fonseca, Zélia Maria Bueno de Almeida, Alex Sandro Teixeira Queiroz, Jose Carlos de Souza da Silva e Moises Messias Ferreira , Conselho Representantes Efetivos Ronaldo de Souza Camacho, Ladislau Frias Leal, Joadyr de Oliveira Teixeira. Suplentes ao Conselho Representantes Marco Antonio da Silva Oliveira, Tania Lucia M de B. Ribeiro, Adao Ferreira Gomes e Gilmar Leite Valeriotte.

Itaperuna, 05 de abril de 2025


Ladislau Frias Leal - Presidente (SINFUNSERMI)



Proibição da discriminação de
pessoas com deficiência

LEI 7329/2016

AS LEIS QUE
VOCÊ PRECISA,

A ALERJ

FAZ

Baixe o app **LegisAqui** e conheça seus direitos.

